

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL (1950-1964): TERRENO FÉRTIL PARA O GOLPE DE 1964

POLITICAL AND ECONOMIC CONJUNCTURE IN BRAZIL (1950- 1964): A FERTILE LAND FOR THE 1964 COUP D'ÉTAT

Fabiano Farias de SOUZA*

Resumo: Os anos que precederam o golpe de Estado em 1964 no Brasil foram marcados por momentos políticos turbulentos que contribuíram para a efetivação de articulações e conspirações que tramavam a derrubada do presidente João Goulart, visto como solução para o fim das crises econômicas, políticas e sociais que aconteciam sucessivamente no país. Nesse período, a sociedade se dividia entre as propostas da esquerda e da direita em vigor no debate político à época. Assim, analisaremos as circunstâncias que forjaram um ambiente favorável a civis e militares identificados que comungavam o interesse comum de substituição do poder vigente através da tomada do controle do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Populismo – Polarização ideológica – Crise política.

Abstract: The years preceding the 1964 coup d'état in Brazil were marked by turbulent political moments that contributed to the accomplishment of joints and conspiracies that were plotting the overthrow of President João Goulart, seen as a solution to the end of the economic, political and social crises taking place successively in the country. In this period, society was divided between the proposals of the left and right of the political debate in effect at that time. Thus, we analyze the circumstances that forged an enabling environment for identified civil and military that communed common interest in replacing the ruling power by taking control of the Brazilian State.

Keywords: Populism – Ideological polarization – Political crisis.

Introdução

Os primeiros anos da década de 1950 coincidem, sob o aspecto político, com os primeiros anos da década de 1960, pois, nesses períodos, governos de estilo populista, legalmente constituídos, sofreram forte oposição de setores conservadores da sociedade que tramaram a deposição, desde o início do mandato desses governos, respectivamente, os de Getúlio Vargas e João Goulart. Vargas, principalmente, e João Goulart foram grandes expoentes do populismo no Brasil, ou seja, líderes que exerceram práticas de um fenômeno político que emergiu em razão das debilidades políticas em que classes dominantes do setor oligárquico se encontravam, havendo uma incorporação das massas

* Especialista e Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: ffsouza@educacao.rj.gov.br.

ao jogo político e oportunizando a expressão das suas manifestações, sempre amparadas no caráter carismático de seus líderes, empenhados em conseguir respaldo popular para suas propostas.

Getúlio Vargas, o principal mentor e líder da política populista, enfrentou uma séria crise interna durante o exercício de seu segundo mandato que se iniciou em 1951; setores reacionários da sociedade não aceitaram sua vitória nas urnas e conspiraram para removê-lo do poder, o que aconteceu em 1954, com o suicídio de Vargas. Ainda na candidatura de Vargas para as eleições de 1950, Carlos Lacerda, da UDN¹, alardeia que “Getúlio não pode ser eleito, se eleito, não pode ser empossado, se empossado, deve ser retirado”.

Durante todo o governo Vargas (1951-1954), eleito pela aliança entre PSD² e PTB³, existiram pressões externas para maior abertura da economia brasileira, e fortes pressões internas devido ao agravamento dos problemas sociais, fazendo comprometer o pacto populista, tornando-se impossível conciliar os interesses das classes populares com os interesses das classes dominantes. Em 1954, as pressões sobre Vargas chegaram a um nível insustentável, que culminou com o seu suicídio, adiando um golpe de Estado que já estava em curso.

Nas eleições presidenciais de 1955, a mesma aliança PSD-PTB obteve a vitória novamente nas eleições presidenciais, agora com Juscelino Kubitschek que fez questão de notar, posteriormente: “(...) o único presidente civil, em 40 anos de vida republicana, que começou e terminou (seu mandato) nos dias marcados pela Constituição” (BENEVIDES, 1981).

Juscelino Kubitschek elegeu-se com o lema “Cinquenta anos em Cinco” e criou as condições mais importantes para a futura liquidação do desenvolvimento nacionalista sem alterar a estrutura de forças produtivas e políticas; pelo contrário, até fortalecendo certos setores contemplados por essa dinamização da economia brasileira.

A UDN foi novamente derrotada em 1955 (como já havia sido em 1945 e 1950), tramando mais um golpe para impedir a posse de JK através de Carlos Luz, o então presidente substituto que pertencia à UDN. Com a intervenção do General Henrique Teixeira Lott, aconteceu a sua destituição em favor de Nereu Ramos, presidente do Senado, garantindo a posse de JK normalmente, e emprestando ao General Lott uma imagem constitucionalista junto à imprensa e um papel de moderador junto ao meio militar, pela sua postura de defesa da posse, perfil que lhe valeu a oportunidade de

candidato presidencial na eleição posterior. Aliás, essa aliança JK-Lott, que continuou durante todo o governo JK, determinou o enfraquecimento de conspirações e fracassos nos episódios revoltosos de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959), revoltas, estas, sempre com participações determinantes de militares ligados à UDN, entretanto nunca se converteram em movimentos consistentes.

Juscelino fez da aliança com o comando militar um importante fator da estabilidade política; outro importante pilar alicerçado durante a gestão JK foi o de angariar apoio popular às trinta e uma metas do Plano, que incluíam a aceleração do processo de acumulação, mas também a elevação do nível de vida da população, juntamente com a construção de Brasília, que embutia um ideal de construção de um “Novo Brasil”. A ideologia construída nesse momento explica a tolerância das classes trabalhadoras com o projeto de “grandeza nacional”, que ampliou a massa de empregos e diminuiu os efeitos negativos, mas semeou contradições e reforçou a concentração de renda.

Para ilustrar suas posições nacionalistas perante a opinião pública, em meio à internacionalização da economia, basta a sua atitude em relação ao empréstimo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) em 1959, quando Juscelino, depois de vários obstáculos impostos para a concessão destes, ordenou para que a missão brasileira encarregada da solicitação dos empréstimos, retornasse de Washington, recebendo solidariedade da opinião pública, dos aliados e até de setores da esquerda; por outro lado, também recebe ferozes críticas dos principais adversários, os udenistas.

A UDN, que em 1961 finalmente chegaria ao poder com a vitória de Jânio Quadros para presidente, não obteve a oportunidade de governar de fato o país, devido à postura independente de Jânio. Como se queixava o presidente nacional da UDN, Hebert Levy: “A UDN com Jânio não era governo e nem oposição, constrangido a apoiar um governo que não era seu” (BENEVIDES, 1981).

Eleito com a maior votação registrada no Brasil até então, e apoiado pela alta hierarquia militar, teve sua trajetória política marcada por rupturas e renúncias pelos partidos políticos pelos quais passou, desde o PDC (Partido Democrata Cristão), partido em que iniciou a sua carreira política em São Paulo. Na relação com o Congresso, “um clube de ociosos” como dizia, Jânio descontentou a maioria deles com uma ameaça de promover devassas nas administrações anteriores, acusando o governo JK de corrupção e descalabro financeiro, incomodando a oposição do PSD. Os seus correligionários

udenistas também reclamavam maior atenção do governo, pois em sete meses, o presidente só havia se reunido duas vezes com seu gabinete.

A defesa pela auto-determinação e não-intervenção em Cuba, além da condecoração do ministro cubano Ernesto “Che” Guevara, fizeram Carlos Lacerda, um dos principais líderes da UDN, disparar suas críticas inflamadas na imprensa, tornando-se porta-voz das queixas norte-americanas.

Com esse isolamento político em que se encontrava, onde suas atitudes amedrontavam seus aliados, a sua renúncia rápida em 25 de agosto de 1961, o mesmo ano de sua posse, alimentou ainda mais o clima hostil de seus opositores, entre eles, seus correligionários, o empresariado nacional associado, e setores militares que se consideravam “traídos”. Ao entregar a sua carta-renúncia ao Congresso, julgou não ser aceita, pois constitucionalmente o Vice-Presidente João Goulart, tão abominado por vários setores da sociedade, assumiria a Presidência. Assim, o polêmico candidato a ditador retornaria “nos braços do povo”, esperando governar sob uma forma de “bonapartismo”, um governo acima dos partidos, posição sempre demonstrada no exercício de seu mandato.

Desta forma, João Goulart, ex-Ministro do Trabalho de Vargas, e seu herdeiro tradicional, temido pela classe dominante e setores da alta hierarquia militar, desde a sua intenção de dobrar o salário-mínimo quando Ministro, inesperadamente chegou ao poder após a renúncia de Jânio Quadros. Mesmo com seu governo limitado pelo Parlamentarismo, sofreu desde o início com conspiração nos bastidores.

Os modelos econômicos do período (1950-1964)

A análise da conjuntura econômica nesse período é vital para compreendermos o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil na medida em que os governos brasileiros buscaram empreender, à sua maneira, diferentes estratégias com vistas ao fortalecimento da economia do país. Tais modelos econômicos implementados representavam as disputas ideológicas em curso no cenário político brasileiro sobre o melhor caminho a seguir para o pleno desenvolvimento da economia brasileira, ou seja, polarização entre os grupos com propostas nacionalistas e grupos favoráveis à participação internacional nesse processo.

“Industrialização restringida” e “substituição de importações”

O modelo econômico que vigorou no início da década de 1950 com Vargas era o mesmo modelo que havia se iniciado em 1930 com o mesmo Getúlio Vargas, ou seja, o Estado era o principal orientador da política econômica que estimulou a industrialização. Embora não fosse uma orientação industrial predominante, contribuiu para a superação, durante o processo de implantação, da visão agrarista de alguns setores conservadores remanescentes no poder à época. Sob o termo de “industrialização restringida”, pois ainda nesse período, a agro-exportação era o principal gerador de divisas para o país, e a industrialização brasileira era altamente dependente desse setor, o qual atuava como principal financiador desse processo.

Assim, o Estado procurava transferir recursos da agricultura para a indústria, inclusive beneficiando o setor industrial com taxas de juros menores e longos prazos para pagamentos, visando, conseqüentemente, desestimular o setor agro-exportador e dinamizar o setor industrial, e ainda manipulava o sistema cambial que se tornou um poderoso estímulo à industrialização.

Sob a presidência de Getúlio Vargas, a estratégia de acumulação de capital e industrialização baseava-se principalmente em dois mecanismos de financiamento: a manutenção da política cambial e controle de taxas cambiais, transferindo-se parte do excedente do setor agrário-exportador para o setor industrial, e uma contenção relativa dos salários reais, abrandada em seus efeitos sobre os trabalhadores pelo fato de as empresas estatais e privadas produzirem bens e serviços subvencionados, transferindo assim parcialmente o poder de compra para os trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1977).

A opção por essa forma de financiamento pode ser creditada em parte pela queda de investimentos na II Guerra Mundial e indisponibilidade de capitais no pós-guerra, que foram canalizados para reconstrução da economia de países europeus.

Dentro desta caracterização da divisão internacional do trabalho, continuava cabendo aos países do Terceiro Mundo o papel de produtores de matérias-primas e produtos agrícolas. A industrialização brasileira acelerada nessa etapa se realizaria, pois, nas brechas deste policentrismo e a despeito dele. A opção nacionalista pode, assim, ser retraduzida como fruto de uma circunstância de escassez de recursos disponíveis internacionalmente (MENDONÇA, 1988).

O fato é que a industrialização brasileira foi dirigida e financiada majoritariamente por capitais estatais durante o período de seu desenvolvimento até a década de 1950, dada a escassez de recursos internacionais para investimentos industriais no Brasil, e ainda existia a impossibilidade de setores internos realizarem investimentos de grande porte.

Durante esse período, o Estado implanta a infra-estrutura básica necessária ao desenvolvimento industrial, fundamentalmente em empreendimentos na área de siderurgia, transportes e eletricidade, alicerçando bases para acumulação capitalista, também através da fixação de preços, inclusive da força de trabalho, reduzindo ao máximo o gasto dos empresários com a folha de pagamentos.

Na década de 1950, durante seu segundo governo, Getúlio Vargas, através de sua política populista, reforçou a sua opção nacionalista quanto à entrada de investimentos estrangeiros e sua participação na economia, priorizando a importância quase que exclusiva do desenvolvimento industrial com capital brasileiro, sob a limitada forma de financiamento através da “substituição de importações”, mas que se agravava cada vez mais com a queda do preço do café, o principal produto exportador brasileiro até o início da década de 1950.

Recorrendo à inflação, como “técnica de poupança forçada” para a recuperação da economia, atingiu as classes populares, desgastando o pacto populista em vigor até então e se enfraqueceu politicamente pelo momento de crise econômica e pelas pressões internas e externas para abertura ao capital estrangeiro como solução para os problemas de ordem econômica.

O modelo nacional-desenvolvimentista

Com o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), inicia-se o modelo nacional-desenvolvimentista, gerando uma ruptura quase total da orientação econômica anterior com a superação da fase de “industrialização restringida”. O governo Juscelino optou por um desenvolvimento associado e dependente do capital estrangeiro, ocorrendo uma internacionalização da economia. Caracterizaram seu mandato a industrialização, a substituição de importações de bens de consumo, a limitação da capacidade de importar e o surgimento de uma classe de empresários industriais. Com Juscelino, ocorreu definitivamente a instalação da indústria pesada, indústria

automotiva, indústria de equipamentos industriais e indústria de base, que ganhou novo impulso com a instalação da indústria petroquímica e construção de novas usinas siderúrgicas. Segundo Hélio Jaguaribe, nesse período, como se alardeia, não ocorreu a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

Com o seu Programa de Metas, baseado no planejamento de prioridades de investimentos e estratégias formuladas com os diagnósticos do CEPAL-BNDE, em 1952, que defendia a atuação do Estado em novas esferas econômicas, houve uma “estatização formal” da economia, apoiado no tripé da indústria brasileira, tendo o setor de bens de consumo com investimento de capital nacional, o setor de bens duráveis com investimento estrangeiro e o setor de bens de produção com investimento de capital estatal. As poupanças internas eram insuficientes para os objetivos definidos como imprescindíveis à expansão harmônica da economia nacional e havia uma política tributária que deixava de taxar as classes proprietárias em geral. A solução foi a criação de facilidades para a entrada de capitais do exterior, aproveitando-se da competição entre indústrias norte-americanas e europeias. Com a manutenção da Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), baixada ainda durante o governo de Café Filho, em 1955, o capital nacional e estrangeiro caminhavam na mesma direção, na maioria das vezes associados, permitindo a investidores estrangeiros importar sem cobertura cambial, o que obrigou os empresários brasileiros a se associarem com essas empresas para obterem benefícios semelhantes, proporcionando a integração de empresas e impulsionando ainda mais a concentração de capitais.

Para a implementação do Plano, e visando maior qualificação, o presidente rodeou-se de técnicos, particularmente de economistas, muitos formados no exterior e sofrendo muito a influência do pensamento econômico da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Esses técnicos e administradores profissionais do setor público transformaram-se em tecnocracia, assumindo poder decisório com funções de planejamento. Criaram-se órgãos especiais às margens dos ministérios e grupos executivos, tais como: GEIA- Grupo Executivo de Indústria Automotiva; GEIMAPE- Grupo Executivo de Indústria Mecânica e Pesada; GEAMPE- Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa; GEMAG- Grupo Executivo de Modernização da Agricultura, que foram concebidos para coordenar esforços decisórios entre Estado e iniciativa privada.

No final do Governo JK, não havia mais condições para a continuidade do

crescimento e, teoricamente, na lógica do capitalismo, “quando um país atinge um determinado estágio no capitalismo comercial, o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza” (BRESSER PEREIRA, 1968). Assim, o reinvestimento e o crescimento das empresas tornam-se uma condição necessária, o que já não acontecia mais, tendo o processo de desenvolvimento com o seu progresso comprometido.

Com a transformação do Executivo em orientador das inversões privadas, aprofundou-se a dependência, havia a importação de insumos industriais em lugar de bens de consumo, faltavam oportunidades a pequenos capitais, alguns setores foram hiper-atrofiados, refletindo uma real oligopolização da economia, juntamente com crise na balança de pagamentos. A propriedade era maciçamente do capital estrangeiro, que retornaria às matrizes sob a forma de lucros, juros e dividendos, mas, Juscelino adia as manifestações da crise, se valendo sempre de um discurso nacionalista em plena abertura da economia ao capital estrangeiro.

Forças sociais e conflitos ideológicos no pré-golpe

A esquerda (forças nacionalistas e reformistas)

O crescimento do sindicalismo aumentou a força das esquerdas no início dos anos de 1960, coincidindo com a aceleração do processo de participação política do povo brasileiro, mas esse fortalecimento não foi natural, muito pelo contrário, pois não resultou da capacidade de pressão autônoma da classe operária, mas do apoio que as lideranças sindicais oficiais receberam do governo.

No campo, a movimentação dos trabalhadores cresceu a partir de 1958, com o surgimento dos sindicatos rurais e das emergentes ligas camponesas. O movimento camponês se institucionalizou com a criação de vários órgãos de representação de classe, tais como federações e associações estaduais e a CONTAG- (Confederação dos Trabalhadores Agrícolas), criada em dezembro de 1963.

Surgiu também, nesse mesmo período, a CGT- (Central Geral dos Trabalhadores), uma organização política de liderança comunista e nacionalista, destinada a ampliar seu poder de pressão na coligação nacional-populista, endossando o núcleo esquerdista.

Já a juventude universitária estava engajada nas lutas nacionalistas desde o fim da Segunda Guerra Mundial e seu papel seria o de, principalmente, agitador das propostas nacionalistas e das reformas. Fundos foram utilizados para um ambicioso programa de conscientização e de veiculação das propostas culturais da esquerda, os CPC's da UNE. Os CPC's promoviam filmes e peças de teatro com motivos políticos, priorizando uma arte engajada, além de publicarem livros influentes. Pressionando o governo à esquerda ao máximo, ela procuraria corresponder à radicalização que se processava no plano intelectual e estudantil constituindo como aliança operário-estudantil-camponesa, expressão como os conservadores definiam a aproximação entre esses grupos.

Com João Goulart no poder, a partir de 1961, a esquerda passou a acreditar que possuía grande força política, baseada no aumento de poder de mobilização entre sindicatos, estudantes, sargentos, trabalhadores rurais e formação das ligas camponesas. Mesmo com seus poderes limitados pelo Parlamentarismo, membros da esquerda pressionavam o governo para a execução das Reformas de Base prometidas por Jango, mas a prática de uma política conciliatória por parte do governo inflamou setores da esquerda. A esquerda não era monolítica, pelo contrário, e o ministro das Relações Exteriores de Jango, Santhiago Dantas, definia a esquerda nesse momento como sendo dividida entre esquerda positiva, composta por membros moderados como ele, e esquerda negativa, membros que pregavam uma maior radicalização do governo para o avanço das reformas. Entre a esquerda considerada negativa por ser radical, podemos citar Luís Carlos Prestes: “a realidade é que o governo continua com sua política conciliatória”, era seu discurso após a divulgação do Plano Trienal do governo. O idealizador do projeto, o ministro Celso Furtado argumentava: “Devo fornecer que não me encomendaram um Plano de revolução, mas um Plano de governo”. A estratégia da esquerda passa a ser a de desmoralização do Congresso, por não votarem as Reformas.

Considerando o Congresso Nacional um empecilho às Reformas, radicalizam seu discurso e suas pretensões: “as cabeças serão cortadas se os golpistas ousarem avançar”, dizia Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro. Ainda se liam em cartazes, nas passeatas, frases de efeito como: “O reformismo não resolverá nossos problemas”; “O Brasil precisa das reformas, mas não será possível obtê-las por meios pacíficos”; “A direita domina a imprensa, Congresso e não está disposta a ceder nada”; “Só através da revolução poderemos transformar esse país”, ou seja, bravatas que

não correspondiam com a realidade das organizações de esquerda.

A direita (setores conservadores)

Nas classes dominantes, e sobretudo, na classe média, o alarmismo foi o grande instrumento dos extremados da direita. Espalhavam-se afirmações derrotistas: “a revolução comunista está às portas”; “não dou um ano para a revolução comunista no Brasil”. Com essa pregação, as pessoas, que não eram radicais, se radicalizam à direita, sem saber que estavam sendo vítimas de um processo de manipulação promovida por líderes políticos nacionais que se beneficiaram dessas circunstâncias. “Vamos aproveitar os últimos momentos do conforto burguês”, ou seja, travou-se uma guerra psicológica direcionada à classe média com frases sem fundamento real.

A direita, composta por setores da classe média, empresários nacionais e estrangeiros, juntamente com setores das Forças Armadas, tramava a derrubada de Jango (desde o início de seu mandato existiram facções golpistas), sob o principal argumento do anticomunismo. Num contexto internacional em que ocorreram: revolução em Cuba, que resultou na transformação desse país em socialista; guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã; luta de independência da Argélia, além de outras guerras independentistas, a direita brasileira se radicalizou e agiu contra o alargamento da democracia no Brasil.

A classe média já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo, sobretudo através da imprensa, mas também através de grupos de ação como IBAD⁴ e IPÊS⁵ presentes em várias esferas de formação de opinião, com participações civis e militares, financiados por capital nacional e estrangeiro, promoveram intensa campanha de combate ao comunismo e propagavam, de forma crescente, que o comunismo avançava no Brasil através do presidente da República, João Goulart.

Mulheres da classe média incitavam as Forças Armadas e ganhavam força com a aparição em todo o país, através de associações femininas que organizavam manifestações de hostilidade ao governo e seus aliados, em nome da condenação moral e maligna do comunismo, tais como o Movimento de Arregimentação Feminina, em São Paulo (MAF-SP) e a Campanha da Mulher pela Democracia, no Rio de Janeiro (CAMDE-RJ), que reuniam milhares de pessoas em passeatas e também com o movimento de profissionais liberais nas ruas defendendo as instituições democráticas,

condenando a “democracia de massas” em nome do respeito aos princípios liberais, consagrados pela Constituição de 1946 e desrespeitados, segundo eles, pelo Governo Federal, além de uma ampla campanha de opinião pública dirigida especialmente à classe média; houve uma preparação para se aceitar a “queda” de Jango como única solução.

Crise política e econômica nos governos Jânio e Jango: a formação de um ambiente propício para o golpe de 1964

A maior parte das atuais dificuldades não teria ocorrido se a política econômica do país houvesse sido orientada dentro de um quadro global, em que cada decisão fosse estudada nos seus reflexos sobre o conjunto e em função das medidas complementares reclamadas (IANNI, 1965).

A crítica acima é do sucessor de JK na presidência, Jânio Quadros, creditando a ele as dificuldades encontradas no governo, devido à falta de planejamento a longo prazo, pois visaram-se resultados imediatos que comprometeriam o futuro próximo.

Em princípios de 1961, Quadros concordara em adotar severas restrições de crédito, controles anti-inflacionários, liberação do câmbio, congelamento salarial, um monetarismo austero que lhe valeu o aval do FMI para vastos empréstimos externos. Mas, já em abril do mesmo ano, começou a aproximar-se dos “desenvolvimentistas” que lhe aconselharam a não perder tanta popularidade com tais medidas e a retornar uma política de crédito mais flexível, mantendo uma taxa de inflação compatível com a continuidade do desenvolvimentismo.

Jânio Quadros defendeu a limitação aos benefícios concedidos às empresas estrangeiras, em lugar das empresas nacionais, atacando uma das medidas prioritárias do governo anterior e uma das bandeiras da UDN. Com propostas assim, Jânio alimentou sua insustentabilidade dentro e fora do Congresso. A defesa de Cuba na OEA- (Organização dos Estados Americanos)- e a condecoração de “Che” Guevara, Ministro de Cuba, contribuíram ainda mais para seu isolamento e para o Congresso aceitar a sua renúncia em 25 de agosto de 1961.

Temporariamente, a crise pela renúncia de Jânio foi solucionada pela adoção do Parlamentarismo, limitando os poderes de João Goulart. Segundo Dreifuss: “Esse esquema já foi, no entanto, uma manobra ampla de contenção dentro de uma campanha

maior em direção a um golpe de Estado” (DREIFUSS, 1981).

Com a crise aberta pela renúncia de Jânio e a imposição de uma restrição para a limitação do poder de Jango, iniciou-se uma disputa ideológica nos meios sociais e essa abolição da Constituição inflamou a esquerda:

O povo brasileiro não se conformará que o Congresso, ao se investir em funções executivas, abandone-se a postergações, deixando de votar as reformas estruturais dos quais dependem a paz e o progresso social da nossa pátria (BRIZOLLA, 1961).

O regime parlamentarista fracassou por se revelar ineficaz do ponto de vista administrativo e de ter se constituído em uma fonte de crises institucionais.

Como escreve Caio Navarro de Toledo (1983): “o governo Jango nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe”, ou, ainda, Celso Furtado (1980):

O governo Goulart a rigor nunca existiu. Essa é que é a pura realidade. Foi demasiadamente contestado pelo sistema de poder no Brasil, seja pelos setores privados, seja pelos setores militares, (Goulart) nunca conseguiu sair de sua situação de transitoriedade. No começo, sua luta foi fundamentalmente pra restabelecer o poder do presidente e, em seguida, foi absorvido pelo problema sucessório. Repito, o governo Jango nunca existiu. Ele não pode ser comparado como um governo normal. Nunca dispôs de suficiente poder. Na verdade, durante quase todo seu governo, (Goulart) foi uma espécie de candidato a alguma coisa e não propriamente um presidente.

Em novembro de 1961, sob o impacto de mobilização acelerada do movimento camponês, Jango anunciou impossibilidade de uma reforma agrária, sem a mudança do princípio constitucional que exigia indenização prévia, em dinheiro, endossando, portanto, tese enraizada em amplos setores da esquerda e que não era partilhada por parte significativa de seu Ministério. Durante seu mandato, criou a SUPRA- (Superintendência para Reforma Agrária), considerando um primeiro esforço para as Reformas de Base, mas foi duramente criticado pela imprensa conservadora, proprietários rurais, setores da Igreja e políticos de direita.

Jango lançou o Plano Trienal, pretendendo combater o aumento da inflação com desenvolvimento, mas o que se verificou entre 1961 e 1963 foi o progresso contínuo da inflação e o desaceleramento do crescimento e a crise política retraiu os investimentos capitalistas.

As críticas que vinham da esquerda a esse Plano eram de que deixava intactos os

lucros fabulosos do capital estrangeiro, dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos nacionais, impondo, por outro lado, maiores sacrifícios às classes populares e trabalhadoras. Por outro lado, não contou com apoio de empresários e trabalhadores, fazendo o Plano fracassar.

Economicamente parecia claro que o sistema estava caminhando para um impasse, com a inflação galopando, a taxa de crescimento econômico decrescendo, dificuldades crescentes com a balança de pagamentos e assim por diante. Por esses motivos, o movimento de 64 procurou legitimar-se como restaurador da economia e como um movimento favorável à definição de um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, contra o estatismo econômico que se atribuía ao governo deposto (CARDOSO, 1972).

Ações norte-americanas também contribuíram para o enfraquecimento do governo Goulart, como o favorecimento com empréstimos somente a inimigos políticos de Goulart (“ilhas de sanidade”).

O Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos EUA, Thomas C. Mann, afirma:

Em janeiro, época que lá estive – não sei quando isso realmente começou – estávamos cientes que, no Brasil, o solapamento em direção ao comunismo era muito rápido. Mesmo antes de lá chegar, nós já havíamos elaborado uma política de ajuda a certos governos estaduais. Não demos nenhum dinheiro para o balanço de pagamentos, apoio orçamentário, esse tipo de coisas, que beneficiassem diretamente o governo central do Brasil, isso equivalia a puxar os tapetes sob os pés de Goulart (STEPAN, 1975).

O vértice da crise aconteceu no mês de março de 1964; durante o “Comício da Central” no Rio de Janeiro, Jango discursou para milhares de pessoas, tendo em seu palanque lideranças de esquerda; ora, a recepção de lideranças sindicais e grevistas no Palácio de Governo já era vista como afronta, assim, esse comício passou a ter uma dimensão muito maior, encarado como uma verdadeira declaração de guerra aos setores conservadores e às Forças Armadas.

Com o apoio de Jango às sublevações de cabos e soldados da Marinha, em 26 de março de 1964, as Forças Armadas não poderiam admitir essa quebra de hierarquia, segundo a imprensa conservadora. O apoio de Jango à indisciplina e rebeldia militar era inadmissível; assim, acreditando que Jango tramava um golpe, a imprensa pressiona as Forças Armadas a intervirem afastando Jango, o principal responsável pelo caos

administrativo e a desordem social em que o país se encontrava.

Em 31 de março, marchou em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o presidente, o General Olímpio Mourão Filho com suas tropas para a deposição do governo. Jango viajou para Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul, onde setores militares e civis estavam dispostos a defender a legalidade, mas foram dissuadidos por Jango, que recusou “a inutilidade de gestos heróicos que implicariam no derramamento de sangue inocente”. Em Brasília, o deputado Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência, mesmo com Jango ainda em território nacional, constituindo um golpe parlamentar, antes de comunicar a renúncia do presidente.

Assim, “o golpe de 64 marcaria a previsível vitória da direita ante uma esquerda imatura e representaria a consolidação do sistema capitalista no Brasil” (BRESSER PEREIRA, 1968). Ou seja, representou a possibilidade concreta da implementação de um projeto de classe, visando à realização sistemática de objetivos econômicos propostos pelo empresariado nacional e multinacional, fundamentado em um planejamento sem responsabilidades sociais imediatas, já que as classes populares estavam invalidadas no cenário político, mantendo a opção de priorizar a realização econômica sobrepujando as demais demandas existentes. No aspecto militar, oportunizou-se, respeitando-se (ou obedecendo) o alinhamento internacional com os Estados Unidos e países capitalistas, a implementação de uma Doutrina de Segurança Nacional visando à “defesa” nacional contra “os tentáculos” do comunismo.

Considerações finais

Os governos Vargas (1951-1954) e JK (1956- 1960), Presidentes democraticamente eleitos, foram alvos de intensa conspiração durante seus respectivos mandatos ao promoverem uma política de cunho populista de verniz nacionalista. Grupos conservadores ligados à UDN, militares e fragmentos sociais identificados com a ideologia anticomunista promoveram ações constantes visando desestabilizar tais governos como os episódios do suicídio de Vargas em 1954 ou as rebeliões de Aragarças e Jacareacanga no governo JK.

Em 1961, o Vice-Presidente João Goulart teve a oportunidade de assumir com a renúncia de Jânio, mas Jango era temido pelas classes dominantes desde a sua indicação para Ministro do Trabalho, no último governo Vargas. A ascensão de Jango à

Presidência provocou crescente participação da chamada esquerda em quadros do governo, assim como a intensificação das propostas nacionalistas foram utilizadas por setores conservadores com diligente habilidade que “denunciavam” que o Brasil marchava inexoravelmente para o comunismo.

O governo Jango foi pressionado pela esquerda, que aguardava as reformas estruturais, e pela direita, atemorizada pela crescente participação sindicalista no governo. Nesse arranjo político, com as classes populares reivindicando maior participação, o entendimento se tornou conflitante e a classe dominante retirou o apoio ao pacto populista definitivamente, objetivo há algum tempo aspirado.

Assim, após a desconfiança da direita e da esquerda, e com o Estado mergulhado em uma grave crise econômica, impossibilitado de realizar novos investimentos, retração nos investimentos estrangeiros, balança comercial e de pagamentos negativas, a direita executou, com sucesso, o golpe civil-militar de 1964 afastando de forma autoritária o governo Jango do poder.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Vitória. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

BRIZOLLA, Leonel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21/09/1961.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FURTADO, Celso. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20/01/1980.

IANNI, Otávio. *Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Maria C. Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

STEPAN, Alfred. *Militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Notas

¹ UDN (União Democrática Nacional): surgiu em 1945 representando as forças desmontadas na Revolução de 1930, com características liberais, agrárias e reacionárias, composta de líderes desalojados, ou seja, surgiu como um partido político francamente anti-getulista. Sem exagero, pode-se afirmar de que se trata de um partido “golpista” e conspirador, por sempre se posicionar a favor de intervenções militares em alguns momentos, pretendendo beneficiar-se da situação, como veremos adiante.

² O PSD, partido político que esteve no poder, quase que ininterruptamente, do pós-45 até 1960, com o General Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e ainda, continuou dando as cartas no sistema parlamentarista entre 1961 e 1963, surgiu em 1945 para a disputa das eleições pós-Estado Novo. Sob influência de Vargas, revestia-se de um verniz getulista limitado e elitista, formado por ex-líderes de interventorias do Estado Novo, com cunho nitidamente rural.

³ O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) também surgiu em 1945, diretamente da matriz getulista, com caráter popular e formado por líderes sindicais (“pelegos”), além da classe média produtiva, originariamente. Graças à cassação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em 1947, o PTB foi diretamente beneficiado com o aumento da bancada, já que políticos comunistas, para concorrerem, se utilizavam da legenda petebista, inclusive na cúpula sindical; isto seria denunciado pela direita nos anos de 1960.

⁴ Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

⁵ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais.

Artigo recebido em 21/05/2013. Aprovado em 03/07/2013.